



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 3 - TERESÓPOLIS/RJ

Av. Rotariana S/Nº Soberbo, - Bairro Soberbo - Teresópolis - CEP 25960602

Telefone: (21) 2152-1140 / (21)2152-1115

TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: SRP Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra Atualização: Outubro/ 2017. Disponível em: < http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244975 >. Acesso em: 15 ago. de 2018.

PREGÃO SRP Nº 13/2018

(Processo Administrativo nº 02204.000117/2018-71)

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência é dedicado à instrução negocial para a operacionalização da fase externa do certame que, por sua vez, visa a contratação dos Serviços Comuns de Engenharia contidos no ANEXO II (SEI 3738805) , em regime de execução de empreitada por preço unitário, para atender as demandas das unidades imobiliárias do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, inclusive aquelas que exerça direito real sem o domínio, em todo Território Nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Quantidade estimada de M² arbitrada para os serviços de engenharia	Valor do M² estimado
1	RIO DE JANEIRO	1800	R\$ 1.388,96
2	MINAS GERAIS	1800	R\$ 1.162,49
3	SÃO PAULO	1800	R\$ 1.278,44
4	ESPÍRITO SANTO	1175,4	R\$ 1.157,84
5	PARANÁ	423	R\$ 1.271,02
6	RIO GRANDE DO SUL	826,2	R\$ 1.237,80
7	SANTA CATARINA	843,38	R\$ 1.268,20
8	DISTRITO FEDERAL	1170	R\$ 1.186,41
9	GOIÁS	1204,56	R\$ 1.184,10
10	MATO GROSSO / MATO GROSSO DO SUL / TOCANTINS	797,04	R\$ 1.537,02
11	PIAUÍ	594	R\$ 1.122,66
12	CEARÁ	514,8	R\$ 1.131,46
13	PERNAMBUCO	680,4	R\$ 1.197,94
14	BAHIA	1800	R\$ 1.163,10
15	RIO GRANDE DO NORTE	248,4	R\$ 1.103,53
16	PARAIBA	1021,5	R\$ 1.158,33
17	ALAGOAS / SERGIPE / MARANHÃO	304,8	R\$ 1.544,62
18	ACRE	408,6	R\$ 1.237,38
19	RONDÔNIA	1487,7	R\$ 1.123,43
20	AMAZONAS	1333,8	R\$ 1.220,97
21	AMAPÁ	1338	R\$ 1.205,59
22	RORAIMA	339,3	R\$ 1.218,94
23	PARÁ	1360,8	R\$ 1.203,13

1.2. Esclarecemos que alguns itens do certame em conteúdo serão destinados à execução servicial em mais de uma Unidade Federativa Pátria. Como pode ser visto na tabela acima, os itens 10 e 17 contemplam: os estados do MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS no primeiro; ALAGOAS, SERGIPE e MARANHÃO no segundo. Tal aglutinação se deu em virtude da diminuta necessidade de intervenção existente nas regiões dada a proporção de áreas construídas, se comparadas aos demais estados.

1.2.1. Para a definição do valor do metro quadrado considerar-se-á soma do valor do metro quadrado de cada estado do Item, e ato contínuo, a divisão pelo número de estados para encontrar a média da metragem quadrada somada dos respectivos itens.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Segundo o parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/02, são serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivados no Edital, por meio de especificações de mercado.

2.2. O núcleo do conceito de bem ou serviço comum, segundo Marçal Justem Filho, reside nas características da prestação a ser executada em prol da Administração Pública. Isso significa que o Pregão poderá ser adotado sempre que a Administração puder localizar no mercado, sem qualquer dificuldade, o objeto de que necessita. Quanto à característica de padronização, a mesma complementa àquela contida no conceito de disponibilidade no mercado próprio. É que um bem ou serviço somente estará disponível no mercado próprio na medida em que se produzir sua padronização, que poderá ser decorrente de regras técnicas formalmente adotadas por entidades especializadas, a título de exemplo: a ABNT. Quanto a terceira característica para considerar-se um bem como comum, está a aptidão do bem padronizado destituído de peculiaridades diferenciais e complexas. O bem é comum porque não apresenta características peculiares. A sua contratação é adequada nos casos em que qualquer bem padronizado é apto a satisfazer as necessidades administrativas.

2.3. O Tribunal de Contas da União vem se manifestando nesse sentido como se observa de vários acórdãos exarados pelo Órgão. Neste sentido, vejamos a súmula editada pelo Órgão:

2.4. Pelo exposto, para o caso em questão, essa Administração enquadra o presente objeto do certame como comum para fins de cumprimento do compêndio normativo.

2.5. Assim, será o fornecedor selecionado por menor preço, obtido pelo maior desconto, sendo a disputa feita por item, conforme especificado no item 1.1.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justifica-se o presente em virtude da necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Engenharia, incluindo materiais e ferramentas, para atendimento ao ICMBio em âmbito nacional, sob demanda, haja vista a real e demasiada necessidade de intervenções de Serviços de Engenharia nos imóveis do Órgão.

3.2. A definição da estratégia a ser aplicada a presente contratação, depende do marco inicial de verificação da definição servicial pretendida. Ora, pelo comando explícito contido na Orientação Técnica 02/2009 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, límpido é o entendimento, *in verbis*:

"4. DEFINIÇÕES DE SERVIÇO DE ENGENHARIA

Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66 tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento."

Municiados do entendimento supra, complementa-se a justificativa, ainda, com a necessidade de constantes realizações de intervenções, as quais estão subconceituadas pelo diploma suso mencionado: adaptar, conservar, consertar, demolir, instalar, manter, montar, operar, reparar e transportar.

3.3. A Lei nº 8.666/93, que subsidiariamente é aplicada ao Pregão, estabelece nos incisos I e II do artigo 6º:

‘I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;’

3.4. Importante destacar a segregação que a solução apresenta para as atividades de obras de engenharia, as quais não serão objeto de atuação do ICMBio nesta contratação. Define-se por obra as atividades cujas características estão pautadas na ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem na qual são indispensáveis os conhecimentos técnicos específicos, em função da avultada técnica demandada. Assim define a OT – IBRAOP 02/2009:

7.1. A obra é um conjunto de serviços que, agregados, se complementam e formam um todo com função definida e completa.

3.5. A grande maioria das Unidades de Conservação e a totalidade das Unidades Administrativas Descentralizadas do ICMBio possuem instalações prediais/físicas para a alocação de pessoal da carreira de Especialista em Meio Ambiente (Servidores Públicos), bem como colaboradores de apoio técnico operacional/administrativos. Nestas instalações estão localizadas as Sedes Administrativas, Centros de Pesquisa e suas respectivas Bases Avançadas, Unidades de Administração e Finanças – UAAF, Coordenações Regionais, e, por óbvio, as administrações dos Parques e Florestas Nacionais, Reservas, Áreas de Proteção Ambiental, entre as demais Unidades de Conservação do Órgão. Por consequência, não se pode olvidar que todo o compêndio físico contempla a alocação de estruturas de trabalho, materiais de pesquisas e de brigadas, suprimentos e até mesmo elementos da fauna e flora, seja para pesquisa ou intervenções recuperativas, sendo estritamente necessária as atividades rotineiras. Assim, o foco da atividade deverá

estar pautado nas medidas de contingenciamento de casos onde há desgaste, não raro, em função da higidez comprometida pela falta de conservação ou pela própria depreciação da edificação.

3.6. Não obstante, mira-se ainda, com a implementação do presente objeto, a viabilidade de ações definidas no Mapa Estratégico do ICMBio, quais sejam, melhorias nos imóveis sob seu domínio e, ato contínuo, promover ampliações no uso público das Unidades de Conservação, majoração do aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das UCs, bem como o fortalecimento da comunicação e a imagem institucional do Órgão, através de mecanismos obreiros que viabilizem a consolidação das intervenções de serviço de engenharia necessários ao atingimento da missão institucional.

3.7. Por derradeiro, é imperioso destacar que consta no Mapa Estratégico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – 2015/2018, disponível no site do Órgão, a ampliação da consolidação territorial das Unidades de Conservação, coadunado cabalmente com o objetivo do presente estudo, tornando viável todo o arcabouço necessário para a estruturação logística e administrativa para o funcionamento das Unidades de Conservação.

3.8. Por fim, atendendo-se as disposições legais trazidas pela Constituição Federal, mais precisamente em seu art. 23, que trata de atribuir ao Estado e a seus agentes públicos a responsabilidade sobre a preservação do Patrimônio Público, é cediço que a contratação pretensa, tem o condão de fazer cumprir com o disposto no Diploma Pátrio. Neste sentido trazemos também o disposto no art. 37, §6º, que destaca a responsabilidade atribuída aos agentes públicos em caso de qualquer dano causado a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Preliminarmente, ressalta-se que conforme Estudo Técnico Preliminar, serão abrangidos pelo contrato aqueles serviços cuja definições encontram-se esposados na OT IBRAOP 02/2009, quais sejam:

4.1.1. Adaptar: transformar instalação, equipamento ou dispositivo para uso diferente daquele originalmente proposto. Quando se tratar alterar visando adaptar obras, este será designado reforma.

4.1.2. Consertar: Promover um bom estado de uso ou funcionamento o objeto danificado: corrigir defeito ou falha.

4.1.3. Conservar: Conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previstas no projeto.

4.1.4. Demolir: Ato de pôr abaixo, desmanchar, destruir ou desfazer obra ou sua parte.

4.1.5. Instalar: Atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas, em determinada obra ou serviço.

4.1.6. Manter: Preservar aparelhos, máquinas, equipamentos e obras em bom estado de operação, assegurando sua plena funcionalidade.

4.1.7. Montar: Arranjar ou dispor ordenadamente peças ou mecanismos, de modo a compor um todo a funcionar. Se a montagem for do todo, deve ser considerada fabricação.

4.1.8. Operar: Fazer funcionar obras, equipamentos ou mecanismos para produzir certos efeitos ou produtos.

4.1.9. Reparar: Fazer que a peça, ou parte dela, retome suas características anteriores. Nas edificações define-se como serviço em partes da mesma, diferenciando-se de recuperar.

4.1.10. Transportar: Conduzir de um ponto a outras cargas cujas condições de manuseio ou segurança obriguem a adoção de técnicas ou conhecimentos de engenharia.

4.2. Importante destacar que os serviços de manutenção preditiva total, os quais também se enquadram na espécie de serviços de engenharia, não serão objeto da contratação pretensa. Da mesma forma, não estão incluídos no presente certame os serviços de elaboração de projetos, consultoria técnica e assistência técnica à fiscalização de obras.

4.3. A cobertura de atendimento almejada na pretensa contratação será para todas as Unidades, contudo, para atendimento da demanda considerar-se-ão os critérios de prioridade na seguinte ordem: (i) Prioridade máxima: edificações onde o dano causado apresente alto risco para seus usuários; (ii) Prioridade média: Edificações que estejam

pondo em risco equipamentos e/ou que acarretem em danos ao bem público ou privado; (iii) Atendimento eventual: Edificações em que os serviços não apresentem nenhum dos riscos acima elencados e que não esteja comprometendo o seu funcionamento.

4.4. A Ordem de prioridade de atendimento será fator relevante para emissão da Ordem de Serviço pelo Órgão. Este fator será avaliado pela Unidade Gestora do contrato, a qual fará o levantamento dos serviços demandados pela Unidade, bem como sua verificação de enquadramento ao respectivo contrato.

4.5. A elaboração do projeto, com planilha estimativa e demais literaturas congêneres será elaborada e disponibilizada para a CONTRATADA através da equipe técnica do ICMBio, juntamente com a emissão da Ordem de Serviços.

4.6. A CONTRATADA somente iniciará os serviços após a entrega das suas planilhas de preços à CONTRATANTE, ficando o início dos serviços condicionado à aprovação por parte do mesmo.

4.7. Para fins de apresentação das estimativas de preços, A CONTRATADA deverá ter como parâmetro os índices do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, observando-se os de publicação mais recente referente ao Estado da prestação dos serviços.

4.7.1. A referida pesquisa terá validade de 03 (três) meses, podendo o ICMBio solicitar que seja refeita quando julgar necessário.

4.8. Não sendo possível a obtenção de pelo menos 3 (três) orçamentos para aqueles materiais inexistentes na tabela SINAPI, a CONTRATADA deverá justificar essa impossibilidade.

4.9. Após o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, terá a CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços.

4.10. A CONTRATADA fornecerá e arcará com os custos dos materiais necessários à execução dos serviços, bem como ferramentário.

4.11. Metodologia de trabalho:

4.11.1. A prestação de serviços de dará, preferencialmente nos dias úteis, entre 8hs e 18h.

4.11.2. Excepcionalmente, por interesse e conveniência do ICMBio e mediante sua prévia autorização, poderão ser executados serviços em horário diverso do convencionado neste TDR a fim de evitar transtornos ao funcionamento normal da Autarquia.

4.11.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, capacitados de acordo com as peculiaridades e exigência técnica que cada serviço exige, tais como: eletricitas, encanadores, gesseiros, serralheiros, chaveiros, engenheiros, técnicos em eletrotécnica, mecânica, refrigeração, segurança, etc.

4.11.4. A CONTRATADA poderá, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar os serviços de profissionais de empresas especializadas para a execução de serviços que assim o exijam, após a aprovação formal pela contratante, observando-se as seguintes disposições:

4.11.4.1. Nos termos do art. 48, II da Lei Complementar nº 123/06, será obrigatória a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte ou cooperativas para a prestação dos serviços emergenciais, até o limite de 40% (quarenta por cento) do objeto total contratado;

4.11.4.2. O volume de serviços eletivos subcontratados não deverá ser superior a 30% (trinta por cento) do volume total dos serviços e sempre com a anuência da contratante.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os contratos abrangerão todas as Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade localizadas no Estado referente ao Item da Licitação, ou aquelas que vierem a ser constituídas pelo Órgão ao longo da execução contratual.

5.2. Importante frisar que a grande maioria das Unidades de Conservação e a totalidade das Unidades Administrativas Descentralizadas do ICMBio possuem instalações físicas, assim, o foco da atividade deverá estar pautado nas medidas de contingenciamento de casos onde há desgaste, não raro, em função da higidez comprometida pela falta de conservação ou pela própria depreciação da edificação em função das peculiaridades climáticas territoriais acometidas em função a capilaridade territorial do Órgão.

5.3. Assim, tendo em vista que o levantamento foi feito a partir de cenário do Órgão, para dimensionamento da proposta, os serviços a serem prestados são: (a) serviços preliminares sem os quais não é possível dar andamento na demanda, à exemplo, remoção de interruptores, louças, metas sanitários, perfis de drywall, forros, esquadrias, e etc; (b) serviços de revestimentos de pisos, forros, etc; (c) serviços de vedação utilizando tijolos cerâmicos, cobogós e placas de gesso acartonado; (d) serviços de telhamento envolvendo a estrutura de madeiramento, coberturas calhas; (e) Esquadrias; (f) Instalações hidráulicas; (g) Instalações sanitárias (h) Instalações elétricas (i) Telefonia e lógica; (j) Louças e metais. O licitante deverá considerar os quantitativos dos itens de serviços abrangendo insumos e mão de obra elencados nas planilhas anexo à esse Termo de Referência.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos na Ordem de Serviços, projetos e demais literaturas congêneres disponibilizada pelo Órgão, de acordo com cada demanda. O não cumprimento dos parâmetros estabelecidos poderá dar ensejo à glosa e/ou aplicação de penalidades administrativas.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação pretendida tem como objeto a prestação de Serviços de Engenharia, que deverão ser claramente definidos para fim de utilização do contrato, ou seja, o campo de atuação dos profissionais na demanda deve ser límpido. Assim, para delimitar os serviços a serem executados considerar-se-á os fatores que classificarão a demanda como sendo serviço de engenharia conforme fluxograma do Instituto Brasileiro de Auditoria e Obras Públicas, notadamente na sua Orientação Técnica 02/2009.

7.2. Tendo em vista que a contratação pretensa trata de atividade regulamentada pela Lei nº 5.194/66, sendo o objeto prestação de serviços de engenharia, o pacto deverá ser estritamente direcionado para empresa especializada, que possua em seu quadro profissional técnico, habilitado nos termos da resolução 218/73 CONFEA, e/ou ainda nos termos da Lei 12.378/2010, regularmente inscritos nos seus respectivos órgãos de Classe, permitindo-lhes, então, a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT. Requisitar-se-á ainda do contratado, a comprovação de experiência técnica aplicada na área da engenharia civil, com a demonstração de realização de obras e serviços de engenharia compatíveis aos estabelecidos no Projeto de Engenharia.

7.3. Exigir-se-á, ainda, a comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da contratação, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação. A empresa apresentará sua Capacidade Técnica (CT) levando-se em conta: o acervo técnico do engenheiro ou arquiteto de construção de edificações com no mínimo 200m² de área; acervo técnico de engenheiro ou arquiteto de construção de estruturas simultânea combinada; serviços de instalação elétrica de edificações com no mínimo 200m² de área

construída; capacidade de construção em área rural ou em área de urbanização baixa ou precária; experiência de construção em áreas protegidas, reservas indígenas, quilombolas, unidades de conservação e congêneres.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A gestão contratual e a fiscalização caberão à UAAF Teresópolis/RJ, ressalvados os casos de sub-rogação à outra Unidade Gestora.

8.2. Durante a execução contratual, visando resguardar a celeridade dos trâmites processuais, a CONTRATADA poderá remeter a Ordem de Serviços e demais literaturas que lhe darão suporte à CONTRATANTE via email, donde constará obrigatoriamente a assinatura eletrônica válida do responsável.

8.3. Os demais critérios de medição e pagamento são aqueles estabelecidos no Edital e na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estimadas nas planilhas anexas a este Termo de Referência.

10 DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias do recebimento da Ordem de Serviço.

11 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 Preliminarmente como requisito primário, o licitante deverá apresentar a documentação relativa à Habilitação estabelecida pelo Edital da contratação.

11.2 A seleção das propostas será feita mediante a obtenção do maior desconto sobre o valor do metro quadrado. Para obtenção do valor, considerar-se-ão as TABELAS PARA BALIZAMENTO DE INSUMOS E MATERIAIS PARA COMPOSIÇÃO DO VALOR DO METRO QUADRADO POR ESTADO, anexadas no documento SEI 3738715, desenvolvidas pela equipe de Licitações desta Unidade, com base na Tabela SINAPI, as quais seguem anexas a este Termo de Referência.

11.2.1 Para elaboração das planilhas, considerar-se-ão as planilhas da Tabela SINAPI não desoneradas referente ao mês de maio/2018.

11.2.2 Para definição do metro quadrado e estabelecimento do desconto o licitante deverá considerar somente os serviços e insumos hachurados em amarelo nas referidas planilhas, os quais serão contemplados pelo contrato.

11.2.3 Esclarecemos, por oportuno, que a planilha elaborada pela equipe técnica desta Unidade, com base na coleta de dados provenientes do comportamento das execuções de contratações pretéritas, tem o condão de estipular e servir de parâmetro no que diz respeito ao valor do metro quadrado para cada Estado da Federação, e via de consequência, para os itens que compõe a planilha.

11.3. Acrescenta-se no valor total dos insumos e mão de obra 10% referente à Administração Central e 25% referente ao BDI - Bonificação por despesas indiretas, conforme Acórdão 2622/2013 TCU - Plenário.

12 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento ICMBio para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/ Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento da Despesa:

PI:

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado através de Portaria, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

13.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

13.6 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

14.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

14.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.6 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

14.7 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

14.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

14.9 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

14.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

14.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

14.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.16 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

14.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

14.18 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

14.19 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.20 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.21 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.22 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.23 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

14.24 promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

14.25 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

14.26 Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

14.27 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.28 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5/2017:

14.28.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

14.28.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

14.28.3. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

14.28.4. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.28.5. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.28.6 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

14.28.7. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

14.28.8. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

14.28.9. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

14.28.9.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

14.28.9.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

14.28.9.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

14.28.9.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14.28.10. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 12010, nos seguintes termos:

14.28.10.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

14.28.11. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

14.28.11.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

14.28.11.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

14.28.11.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em

conformidade com as normas técnicas específicas;

14.28.11.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.29. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

14.30. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

14.31. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.31.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

14.31.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

14.31.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

14.32 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

14.33 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

14.34 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

15 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto entre até o limite máximo de 30%, respectivamente, do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

13.2. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;

13.3. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

13.3.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

13.3.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

13.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

15.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.6 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.15 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.17 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.17.1 A fiscalização técnica de todos os quesitos da Ordem de Serviços de Serviços Parametrizada.

15.17.2 As demais rotinas de fiscalização previstas no Anexo VIII da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

15.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. A seleção das propostas será feita mediante a obtenção do preço do metro quadrado de cada item, utilizando-se a fórmula

18 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

18.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

18.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

18.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

18.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

18.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

18.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.1 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.2 falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.3 comportar-se de modo inidôneo; e

18.1.4 cometer fraude fiscal.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2 Multa de:

18.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

18.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

18.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por	02

	ocorrência;	
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

NOME EM MAIÚSCULAS E NEGRITO
(cargo do signatário com iniciais em maiúsculas)



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Faria Bizzo, Pregoeiro(a)**, em 13/09/2018, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **3859939** e o código CRC **4D8111A6**.